

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Investidor está seletivo em ofertas de ações	2
Título: Caixa busca R\$ 7 bi com papéis da Petrobras.....	4
Título: Reformas já estão engatilhadas após Previdência, diz Guedes	5
Título: Destaques	7
Título: AES Tietê cresce em geração distribuída	8
Título: Para manter hidrelétricas, Cemig estuda venda de controle	9
Título: Subsídio à geração solar pode custar R\$ 34 bi a consumidor.....	11
Título: Vale usa navio convertido, apesar de desastre	12
Título: Fundo finlandês avalia impacto de Brumadinho	14
Título: Curtas	16
Título: Receita Federal nega exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins.....	17
Título: Plano de segurança de barragens entra na pauta	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Cade deve dar aval à venda de refinarias	19
Título: Petrobrás e Caixa vão movimentar R\$ 15 bi na Bolsa	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Banco vai vender R\$ 7,2 bilhões em ações da Petrobras	21
Título: Sirene	22
Título: Governo quer usar dinheiro parado do PIS/Pasep para reduzir rombo fiscal.....	22
Título: Governo prepara ‘Plano Dubai’ para substituir a Zona Franca de Manaus	25
VEÍCULO: O Globo	26
Título: Petrobras vai levar a leilão três plataformas perto da aposentadoria	26

Título: Fôlego na Caixa	27
Título: Dedo na tomada	30
Título: Desconto no valor das ações é atrativo para investidor.....	30

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Flávia Furlan | De São Paulo

Título: Investidor está seletivo em ofertas de ações

O grande volume de ofertas de ações colocadas ao mesmo tempo no mercado está levando os investidores a fazer uma seleção apurada do que vale ou não a pena e a que preço. De 12 ofertas estimadas para junho e julho conforme levantamento do **Valor**, seis já estão oficialmente na rua, buscando até R\$ 28 bilhões. A maioria delas deve ser concretizada, mas gestoras e bancos não veem uma euforia de demanda. "O investidor está seletivo", diz uma fonte que participa de uma das operações.

O preço da oferta secundária do banco BTG Pactual será definido nesta terça-feira. O banco abriu a semana já com a cobertura do livro de oferta, mas a demanda ainda não assegurava lote adicional, conforme uma fonte. A expectativa era que, nos dois últimos dias, o volume de ordens aumentasse - na segunda-feira, havia subido para 1,5 vez o livro. Duas gestoras e um assessor consultados pelo **Valor** dizem que a oferta será concretizada, com algum desconto sobre o preço de tela - o que explica a queda das units ontem, de 2,67%. O BTG quer levantar cerca de R\$ 3 bilhões.

Na quarta-feira, é a CPFL Energia que tem precificação marcada. Na oferta, investidores têm questionado a governança dos novos controladores, a chinesa State Grid. Apesar de ser uma oferta primária, ela tem "efeitos de secundária, mas sem a diluição", pondera um executivo que avaliou a operação. Isso porque os recursos serão usados para comprar ações da CPFL Renováveis, detidas pela State Grid - que fica com o capital.

Na operação, investidores estão pedindo um desconto sobre o piso da faixa indicativa, de R\$ 29,30 e R\$ 35,30. A indicação dos investidores é de ordens a R\$ 29. Conforme uma pessoa próxima, a State Grid estaria pouco disposta a ajuste de preço. O plano inicial era fechar o capital da companhia - e mudou depois do embate na CPFL Renováveis entre a chinesa, minoritários e regulador. A Comissão de Valores Mobiliários apontou que o preço justo para a compra das ações dos minoritários era R\$ 1 bilhão a mais do que a State Grid tinha se disposto a pagar. "Se a oferta não emplaca na faixa indicativa, a controladora já tem um forte argumento para mostrar ao regulador o preço justo na CPFL Energia", diz um diretor de banco.

A Neoenergia vai precificar sua oferta inicial (IPO) no dia 27 de junho. A companhia iniciou seu roadshow com faixa indicativa de R\$ 14,42 a R\$ 16,89. Conforme uma fonte, a companhia já tem demanda para uma vez o livro ofertado, mas no piso da faixa. Dois investidores que já analisaram a oferta entendem que a operação é viável, mas deve se manter no piso ou até ter desconto.

Para dois assessores financeiros, na Neoenergia, é mais provável que o Banco do Brasil (acionista vendedor) aceite desconto em caso de pressão dos compradores e viabilize a oferta do que a State Grid aceite ajustar o preço na CPFL. No entanto, a expectativa de pessoas próximas à operação da Neoenergia é que, como ainda tem pouco mais de três semanas para fechar a oferta, os vendedores consigam subir o preço final por ação.

O problema é que duas ofertas grandes também chegam ao mercado esta semana - a venda do controle da BR Distribuidora pela Petrobras e a venda das ações da Caixa na Petrobras. Para gestoras, elas podem ajudar a colocar pressão nas ofertas em andamento - já que o investidor usa o mesmo "bolso" para pagar por elas.

As ofertas de BR e Petrobras também devem colocar alguma pressão de curto prazo na cotação. "Na BR, se por um lado pode haver impacto negativo, pela pressão de um volume percentual relevante à venda, por outro lado há o fato positivo de desestatização da empresa", diz Wagner Salaverry, sócio da gestora Quantitas.

O percentual estimado de venda da BR corresponde a 30% do capital da empresa. "Mas o setor de distribuição passa por mudanças, com a abertura de compra de álcool direto pelos postos, permissão para distribuidoras operarem postos, liberdade de operação entre bandeiras, o que também pode ajudar a pressionar as ações", complementa Salaverry. O impacto seria uma captação a um preço menor do que o preço atual de tela.

A pressão é menor na cotação de Petrobras porque o volume à venda pela Caixa, apesar de relevante em valores, representa cerca de 2% do capital total da petrolífera. A oferta de ações da Petrobras será precificada no dia 25 de junho (antes, portanto, da Neoenergia), mesma data em que está prevista a precificação do follow-on da fabricante de softwares Linx. Como deve atrair investidores de tecnologia nos Estados Unidos e se trata de uma oferta menor, dois executivos acreditam que a Linx emplacar a oferta, também sem euforia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Álvaro Campos | De São Paulo

Título: Caixa busca R\$ 7 bi com papéis da Petrobras

Em uma das maiores operações que fará este ano no mercado de capitais, a Caixa deu início oficialmente à venda de sua fatia na Petrobras. A oferta subsequente de ações ("follow-on") deve levantar pouco mais de R\$ 7 bilhões e, pelo formato apresentado, cumprir a promessa do presidente do banco, Pedro Guimarães, de dar relevância aos investidores de varejo nas vendas de participações que a Caixa está fazendo. Nesta operação, investidores poderão entrar colocando apenas R\$ 100.

Na oferta, serão vendidas 241.340.371 de ações ordinárias da Petrobras, totalidade da posição da Caixa nesse papel. Se considerado o valor de fechamento do papel na sexta-feira, de R\$ 29,85, a transação pode movimentar R\$ 7,2 bilhões. Ontem, a ação ordinária fechou em queda de 1,68%.

Além disso, o banco vem se desfazendo aos poucos no mercado das ações preferenciais que detém na petrolífera - atualmente tem 36.281.600 preferenciais, que não foram incluídas no follow-on por serem em menor quantidade e ter mais liquidez para saída posterior e paulatina. Considerando a cotação de sexta-feira, a participação de preferenciais soma R\$ 970,9 milhões.

As ações que estão sendo vendidas pela Caixa serão distribuídas no Brasil e no exterior, na forma de American Depositary Shares (ADS). A data estimada para a precificação da oferta é 25 de junho, com início no dia seguinte. A operação é coordenada pela própria Caixa e pelo UBS, Morgan Stanley, Bank of America e XP Investimentos.

A Caixa definiu uma estrutura para participação dos investidores de varejo, que inclui fundos específicos do papel e "lock-up" (restrição de venda temporária), modelagem antecipada pelo **Valor**. Até 24% das ações ofertadas serão destinadas ao varejo. Dessa parcela, 4% serão alocados a investidores que

concordarem com um período de lock-up de 45 dias. Outros 2% serão destinados a empregados da Caixa e da Petrobras.

A participação do varejo pode ser feita diretamente ou via Fundos de Investimento em Ações da Petrobras (FIA-Petrobras), que serão criados no âmbito do follow-on. No varejo, o valor mínimo por investidor é de R\$ 3 mil e o máximo, R\$ 1 milhão. Se o investimento for via FIA-Petrobras, os valores vão de R\$ 100 a R\$ 1 milhão. A pulverização, conforme uma fonte, é também uma forma de minimizar a dependência de grandes investidores - que podem barganhar desconto sobre o preço de tela.

Inicialmente, a Caixa pretendia vender sua participação em maio, mas a polêmica criada pela interferência do presidente, Jair Bolsonaro, no reajuste dos preços dos combustíveis afetou o valor das ações e fez o banco adiar um pouco a operação. Em seguida, a suspensão da venda de uma das subsidiárias da Petrobras, a Transportadora Associada de Gás (TAG), também colocou pressão sobre as ações da petrolífera - pela incerteza em relação ao seu plano de investimento - e reteve por mais tempo o follow-on. Com a definição do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada, de liberar as vendas de subsidiárias de estatais, a operação foi retomada.

O **Valor** informou em março que a operação deverá ter um impacto positivo da ordem de R\$ 1 bilhão no patrimônio do banco. Os papéis foram atribuídos à Caixa de 2012 em diante, com a política de governo de estimular o crédito por meio de bancos públicos. Como a Caixa precisava de capital para manter o ritmo e a União não tinha recursos, a estratégia utilizada foi a transferência de papéis da Petrobras.

Os papéis são marcados a mercado, mas só 90% do valor é contabilizado no patrimônio da Caixa. Por não ser considerado um capital de boa qualidade, a posição fica sujeita a uma penalidade de 10% imposta pelo Banco Central. Ao vender as ações, o banco poderá contabilizar no balanço 100% desse ativo.

Existia a possibilidade de o BNDES, que tem uma fatia de 6,9% na Petrobras, participar do follow-on, mas isso acabou não acontecendo. **(Colaboraram Talita Moreira, Maria Luíza Filgueiras e Flávia Furlan)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Krüger | De Brasília

Título: Reformas já estão engatilhadas após Previdência, diz Guedes

Em apelo a advogados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que, logo após a aprovação da reforma da Previdência, virão "várias notícias boas". "Já está tudo engatilhado", disse ao listar pautas como a abertura econômica, a reforma tributária e a revisão do pacto federativo. Guedes, no entanto, reafirmou que as próximas reformas dependem das mudanças na aposentadoria.

Segundo o ministro, há perfeita sincronia da equipe econômica com a classe política. No mesmo tom otimista, disse acreditar na aprovação de uma reforma da Previdência que economize R\$ 1 trilhão em dez anos.

O ministro defendeu a agenda econômica em palestra de mais de uma hora na noite desta segunda-feira (10) em sessão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília.

Guedes fez vários afagos ao Judiciário. Aproveitou a plateia para agradecer publicamente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na semana passada, liberou a privatização de subsidiárias de estatais sem aval do Congresso. O ministro comemorou a liberação e avaliou que a Corte foi extremamente "lúcida" na decisão. "Só a lei pode restringir ou estimular a exploração desses recursos [do Brasil]", disse.

O Ministério da Economia diz que há no país 134 estatais, das quais 88 são subsidiárias. A decisão do STF facilita, por exemplo, a venda de 36 subsidiárias da Petrobras, 30 da Eletrobras e 16 do Banco do Brasil. Na estimativa do governo, as vendas desses ativos podem injetar mais de R\$ 80 milhões em seu orçamento.

De acordo com o ministro da Economia, o aceno aos advogados é "uma provocação a nível de convocação". Segundo ele, os "homens da lei" têm que fazer a sua parte, assim como os economistas. "É muito importante que vocês saibam a força que vocês têm, como advogados." Ele citou como bom exemplo o que chamou de "singela lei" que liberou a entrada de capital privado na educação. Argumentou também que o Judiciário pode ajudar na redução dos monopólios instalados em setores como o de gás.

Ao defender a reforma tributária, disse que, hoje, empresários preferem judicializar a cobrança de impostos a pagá-los. "E quem fica com o dinheiro é o advogado, e o Brasil fica sem a grana. Então vocês [advogados] também têm que dar uma ajuda nesse troço aí. Todos nós temos que apertar o cinto", afirmou o ministro.

O ministro cita que a proposta do governo de reforma tributária deve envolver apenas tributos federais. Ainda assim, reconheceu pontos interessantes da

elaborada pelo economista Bernardo Appy, em tramitação no Congresso. "Eu conversei bastante com o Appy, tem muita coisa interessante, mas que ao mesmo tempo exige uma unificação com Estados e municípios que não é por coincidência que ela está há 18 anos na Câmara sem avançar", disse ao criticar propostas que envolvam tributos federais, estaduais e municipais. Sem detalhar, Guedes adiantou que o texto estimulará os entes a unificar impostos. O Estado que preferir, poderá manter a atual distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Braskem paga Petrobras

A Petrobras recebeu R\$ 265 milhões em decorrência de acordo de leniência da Braskem celebrado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). A Braskem já havia devolvido à estatal R\$ 564 milhões, sendo R\$ 363 milhões em dezembro de 2017 e R\$ 201 milhões em agosto de 2018. Os pagamentos foram feitos em razão do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF), que somado ao valor restituído com a CGU e AGU, totaliza R\$ 828 milhões. A Petrobras informou que o total de recursos que recebeu com os acordos de colaboração, de leniência e repatriações, realizados por conta da Operação Lava-Jato, ultrapassa R\$ 3,5 bilhões.

Enel antecipa projeto

A Enel Green Power Brasil iniciou a operação da expansão de 29,4 megawatts (MW) do parque eólico Delfina, na Bahia. A conexão na rede aconteceu quatro anos antes do prazo determinado pelo leilão A-6 de 2017, quando a energia foi contratada. Até então, o parque Delfina, já em operação, tinha 180 MW. A expansão envolveu investimentos de mais de US\$ 40 milhões, segundo a companhia. De 2019 a 2022, quando entra em vigor o contrato do leilão A-6, a energia gerada será vendida no mercado livre. Com a conclusão da expansão, a Enel, por meio das subsidiárias no Brasil, atingiu 2,4 GW em geração renovável no país, sendo 782 MW da fonte eólica, 370 MW de solar fotovoltaica e 1.269 de hídrica. A companhia tem ainda 1,9 GW em projetos eólicos e solares em execução.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: AES Tietê cresce em geração distribuída**

Ao mesmo tempo em que investe na expansão da sua capacidade instalada em fontes renováveis, a AES Tietê tem ganhado mercado na prestação de serviços a grandes consumidores de energia e em projetos de geração distribuída. Os clientes conseguem com isso economia na conta de luz e a garantia de que a energia usada é renovável.

Nas últimas semanas, a companhia fechou um contrato para instalar três unidades de geração distribuída solar fotovoltaica no Rio Grande do Sul para abastecer 200 lojas da rede gaúcha Farmácias São João, que tem mais de 700 lojas na região Sul. Também fechou contrato para migrar quase 200 unidades do McDonald's para o mercado livre sob a comercializadora varejista do grupo, em um acordo que prevê também a instalação de três unidades de geração distribuída solar para atender unidades de média tensão da rede de fast food.

De acordo com Rogério Jorge, diretor de relacionamento com o cliente da AES Tietê, a companhia tem cerca de 60 MW em projetos em implantação ou fase final de negociação em geração distribuída, uma fatia relevante no segmento, que é pulverizado e cresce em ritmo acelerado. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 10 de junho, havia 865,8 MW em projetos de geração distribuída da fonte solar fotovoltaica em operação no país. No ano, o crescimento acumulado já supera 48%.

"Claro, para a AES Tietê isso é uma potência pequena, mas olhando no contexto da geração distribuída é algo muito representativo, projetos muito relevantes", disse Jorge. "Enxergamos nesse segmento uma oportunidade no futuro, quando queremos ser um 'player' estabelecido e bem posicionado", completou.

O projeto da Farmácias São João foi dividido em três unidades de 1 MW cada, nas áreas de concessão das distribuidoras CEEE, RGE e RGE Sul, e vão atender o consumo de 160 lojas. A AES Tietê será responsável pelo investimento de R\$ 17 milhões nas fazendas solares, que serão arrendadas para a cliente. Segundo André Menegazzo, gerente executivo de planejamento estratégico da Farmácias São João, a companhia recebeu mais de 45 propostas para o investimento em

geração distribuída, e decidiu pelo contrato com a AES pela sua capacidade de investimento e atendimento do cliente, além da redução do custo da energia em mais de 20%. "Ao reduzir nossa conta de luz, vamos poder reinvestir isso em nosso negócio", disse.

"Quando o projeto estiver rodando, poderemos aumentar a capacidade das usinas para ter mais energia gerada", disse Renan Walker, gerente de infraestrutura elétrica da Farmácias São João. O contrato, de 12 anos de duração a partir do início de 2020, pode ser ampliado para até 9 MW.

No caso do McDonald's, foi feito um pacote diferente, adequado para as necessidades de consumo de energia da rede de fast food. A AES Tietê vai migrar 196 lojas em São Paulo e no Rio de Janeiro para o mercado livre de energia, com início em janeiro de 2020, sob sua comercializadora varejista. Como a rede será enquadrada como consumidora especial, haverá a garantia de que a energia consumida virá de fontes renováveis, uma obrigação nesse tipo de consumo.

Além disso, a companhia vai construir três fazendas solares remotas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, somando 5,3 MW de potência, que vão gerar créditos para 39 lojas do McDonald's. O contrato também é de 12 anos, e será objeto de investimentos da ordem de R\$ 30 milhões pela AES Tietê. A companhia estima que a cliente terá economia média de 27% na conta de luz.

"Estamos nos posicionando onde vemos que o mercado vai crescer no futuro. Na hora em que o negócio deslançar, pisamos no acelerador", disse Jorge.

As soluções são desenhadas para a necessidade do cliente. "Avaliamos com o cliente o que é melhor para cada um", explicou Jorge. Como as unidades do McDonald's ficarão embaixo da comercializadora varejista da AES Tietê, terão a vantagem de não precisarem ser agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Para manter hidrelétricas, Cemig estuda venda de controle

A direção da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) discute plano de venda do controle de três usinas para grupos privados como alternativa para estender o prazo das concessões e evitar uma disputa dos ativos em leilão.

As usinas Nova Ponte e Sá Carvalho, ambas em Minas Gerais, e Embarcação, na divisa com Goiás, têm em conjunto capacidade de geração de 1,7 gigawatt (GW). Os contratos de concessão com a União das três vencem entre 2024 e 2025.

O presidente da empresa, Cledorvino Belini, disse que a Cemig está diante do risco de perder as concessões para estrangeiros que poderão vir a participar do leilão futuro desses ativos caso o contrato se encerre no prazo atual.

"O que eu tenho visto é o capital estrangeiro invadindo", disse Belini, em uma sessão na Assembleia Legislativa de Minas, onde respondeu a perguntas dos deputados estaduais. "Temos necessidade real de manter essas usinas".

Uma das opções, segundo a estatal, seria esperar o fim dos contratos e disputar futuros leilões, com chances limitadas de sucesso; ou aderir ao regime de cotas, que a diretoria considera negativo. O caminho que parece mais viável à direção seria tentar o pagamento antecipado à União a título de outorga para ficar com as usinas.

Outra solução dependeria da aprovação da Assembleia Legislativa: venda de 50,1 % das usinas para grupos privados. Mas, para isso, seria necessária a aprovação dos deputados de emenda que permita a venda do controle dos ativos.

O caso é semelhante ao da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em que a extensão de prazo de concessão da usina de Porto Primavera era atrelada à necessidade de privatização da companhia.

A direção da Cemig busca entre empresários mineiros interessados numa eventual aquisição dessa fatia majoritária dessas usinas.

Durante a sessão com os deputados estaduais, o presidente da empresa foi questionado diversas vezes a respeito da possibilidade de a empresa ser privatizada pelo governador Romeu Zema (Novo).

Belini insistiu, no entanto, que essa é uma decisão do governo, mas afirmou por mais de uma vez que é possível aumentar a eficiência da companhia, mas que como estatal ela nunca chegará ao nível de eficiência operacional de uma empresa privada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/06/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Subsídio à geração solar pode custar R\$ 34 bi a consumidor**

Os consumidores de energia elétrica das distribuidoras correm risco de pagar uma fatura adicional de R\$ 34 bilhões, até 2035, para bancar indiretamente descontos na conta daqueles que instalam painéis fotovoltaicos para a geração própria de eletricidade. A estimativa foi feita pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, ligada ao Ministério da Economia, para tornar mais visível o montante de "subsídios implícitos" no sistema de incentivos à chamada microgeração distribuída de energia.

Por mais que esteja na moda ver gente colocando painéis solares em seus telhados, a secretaria aponta uma relação custo-benefício desfavorável para a sociedade como um todo. Em nota técnica enviada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), afirma que há "distorções microeconômicas" nessa prática e alerta sobre uma "transferência de renda dos mais pobres aos mais ricos".

"Caso a decisão para a expansão da matriz de energia elétrica nacional seja por fonte solar, entende-se que essa opção seja realizada por meio de contratação centralizada, ou seja, via leilões, e não por MMGD [micro e minigeração distribuída], uma vez que a expansão por intermédio desta modalidade oneraria a conta de luz dos consumidores brasileiros em até R\$ 23 bilhões, com mais R\$ 11 bilhões de renúncia fiscal", diz o parecer, firmado pelo secretário Diogo Mac Cord de Faria.

A Aneel pretende publicar, no segundo semestre, novas regras para o modelo de geração distribuída a partir de 2020. Hoje os donos de painéis injetam na rede sua produção de energia e são compensados pelas distribuidoras, com descontos nas contas de luz, de forma proporcional ao montante gerado. Esse sistema de créditos é conhecido internacionalmente pela expressão "net metering". Além disso, os usuários que gerem no mínimo o que eles próprios consomem ficam livres do rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o fundo bilionário responsável pelos subsídios do setor elétrico.

A revisão de normas patrocinada pela Aneel ocorre em meio ao forte crescimento dessa modalidade, que era praticamente inexistente em 2012 e já contabilizava mais de 53 mil conexões na virada do ano, somando potência instalada de 660 megawatts, o equivalente a uma usina hidrelétrica de porte médio.

Para dar início às discussões, que foram objeto de audiência pública, a Aneel elaborou cenários em que os incentivos atuais duram até o acionamento de um "gatilho". Uma das possibilidades mencionadas pela agência reguladora seria o corte do sistema de créditos quando a potência instalada atingir 3.365 MW de geração distribuída, o que deve ocorrer em 2025, conforme as estimativas. A partir daí, poderia haver cobrança da rede de infraestrutura administrada pelas distribuidoras, por exemplo.

A secretaria comandada por Mac Cord faz uma analogia para mostrar como o "net metering" embute subsídios entre diferentes consumidores. "Imaginando que há apenas um único usuário no sistema elétrico, que paga R\$ 50 de energia [TE] e R\$ 50 pelo uso da rede [TUSD]; assim, os R\$ 100 necessários para operar o sistema são pagos integralmente por este consumidor. Entrando um segundo usuário, com perfil idêntico de consumo, imaginemos que os custos também serão dobrados (pela necessidade de gerar mais energia e de aumentar a capacidade da rede). Porém, com o dobro do custo e o dobro de usuários, o valor individual continuará sendo o mesmo."

A nota técnica continua: "Se este segundo consumidor decidir colocar painéis solares em sua casa, ele imporá custos de TUSD (pois gerará em um horário e consumirá em outro, ou seja, não é independente do sistema), porém não pagará por este uso do sistema. Como consequência, seu vizinho terá que absorver o custo total, passando a pagar R\$ 100 pela TUSD (o dobro do que pagava antes) e R\$ 50 pela energia, com um total de R\$ 150".

"Esta diferença aumenta ainda mais se considerarmos que este segundo usuário gera energia em determinado horário, mas consome em outro. Se a energia que ele produz tem um determinado perfil técnico - como gerar apenas durante o dia por ser fonte solar -, mas a energia que ele consome tem um outro perfil - como termelétrico ou hidráulico, utilizado para produzir energia à noite -, há um descasamento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times, de Londres

Título: Vale usa navio convertido, apesar de desastre

A Vale, mineradora brasileira que enfrenta as consequências do rompimento de uma barragem que provocou a morte de centenas de pessoas, continua usando navios petroleiros convertidos para transportar minério de ferro, mesmo depois que um navio fretado por ela ter afundado, num dos maiores desastres marítimos dos últimos anos.

O Stellar Daisy, fretado pela brasileira num contrato de longo prazo, afundou a 1.700 milhas náuticas da costa do Uruguai em março de 2017, quando se dirigia do Brasil para o porto chinês de Qingdao.

Uma investigação sobre o naufrágio do Stellar Daisy evidenciou algumas das preocupações com o uso desses navios. O relatório oficial sobre o acidente, divulgado este ano pelo Administrador Naval das Ilhas Marshall, onde o navio estava registrado, constatou que uma falha estrutural grave levou o navio a afundar.

Ele estava carregado com 260.000 toneladas de minério de ferro, o principal ingrediente na produção do aço, e é um dos maiores navios do tipo a serem perdidos no mar até hoje. Somente dois dos 24 membros da tripulação foram resgatados.

O fato de a Vale ainda estar usando navios petroleiros convertidos deverá surpreender muitos analistas e investidores, uma vez que nenhum de seus principais concorrentes - um grupo que inclui Anglo American, BHP Group e Rio Tinto - usa petroleiros de grandes dimensões (VLCC, na sigla em inglês) em razão das preocupações com segurança.

A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, está sob um intenso escrutínio regulador na esteira do catastrófico colapso de uma barragem no Brasil neste ano, que causou a morte de mais de 230 pessoas. a empresa foi forçada a fechar minas e cortar a produção.

O desastre de Brumadinho foi o segundo acidente do tipo envolvendo a companhia em menos de quatro anos e levantou dúvidas sobre a cultura da Vale. Na semana passada, a companhia sediada no Rio de Janeiro anunciou a criação de um Departamento de Segurança e Excelência Operacional.

A Vale disse em comunicado que tem uma frota de cerca de 40 navios convertidos em operação - controlados e dirigidos por terceiros. "Os donos dos navios são responsáveis pela certificação de todos por uma sociedade de classificação, assim como por assegurar à Vale que eles estão em conformidade com vários padrões e exigências legais", disse a companhia. "Qualquer navio que faz escala em nossos portos precisa se enquadrar em todas as regulamentações locais e internacionais relevantes".

Construído em 1993 no Japão pela Mitsubishi Heavy Industries, o Stellar Daisy foi convertido de um VLCC em um grande navio de transporte de minério de ferro (VLCC) em 2008. Na época, as taxas de frete eram tão altas que a conversão fazia sentido. Após a conversão, a empresa sul-coreana Polaris Shipping assumiu a gestão do navio, que a Vale então fretou.

O relatório das Ilhas Marshall destaca alguns dos problemas de se usar VLCCs convertidos para transportar commodities a granel. O principal deles, segundo uma autoridade portuária é a maneira como eles são carregados.

Enquanto o petróleo é bombeado para os tanques dos navios de maneira uniforme, o minério de ferro é despejado de uma certa altura em vários compartimentos de carga diferentes. Isso imprime uma "força de flexão muito grande" sobre o casco, diz a autoridade.

O relatório das Ilhas Marshall afirma que a falha no casco provavelmente foi resultado de uma combinação de fatores. Entre eles estão incluídos "a possibilidade de a força estrutural do navio ter sido comprometida com o tempo, por causa da fadiga do material, da corrosão e defeitos estruturais não identificados, carregamentos em muitos portos e forças impostas sobre o casco como resultado de condições climáticas". O relatório não imputou responsabilidades pela perda do Stellar Daisy.

Um executivo experiente do setor minerador disse que o uso de VLCCs convertidos foi proibido de modo geral na Austrália Ocidental, onde a BHP e a Rio Tinto operam enormes complexos de mineração de minério de ferro.

A Vale produziu 385 milhões de toneladas de minério de ferro no ano passado. A maior parte foi vendida para companhias siderúrgicas da China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Fundo finlandês avalia impacto de Brumadinho

O grupo financeiro Nordea, sediado na Finlândia, decidiu que não vai fazer novos investimentos em ações da mineradora brasileira Vale até que as investigações sobre as causas da tragédia de Brumadinho sejam concluídas. O desastre ambiental foi decorrente do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, que estava inativa, em 25 de janeiro.

O Nordea se apresenta como a maior companhia de serviços financeiros dos países nórdicos e como um dos maiores bancos da Europa. Até o fim do ano passado, o grupo detinha cerca de € 30 milhões investidos em papéis da mineradora.

Em maio, três representantes do Nordea vieram a Minas Gerais para ouvir os relatos de famílias vítimas do desmoronamento da barragem da mina do Córrego do Feijão. O encontro ocorreu na cidade de Brumadinho.

Após dias de tentativas do **Valor** sobre detalhes da visita, a empresa informou por e-mail que passou a adotar um critério de governança ambiental e social (ESG, na sigla em inglês) em seu processo de investimento.

"Nós temos diálogos permanentes com empresas e setores e fazemos entrevistas e visitas de campo para levantar temas-chave para a governança ambiental e social. Foi essa a razão da nossa visita de campo ao Brasil", afirmou, por e-mail, Petter Brunnberg, responsável pela comunicação da empresa com a imprensa estrangeira.

O executivo lembrou que o Nordea é signatário dos chamados princípios de investimento responsável (PRI, em inglês), uma iniciativa em parceria com as Nações Unidas.

Brunnberg disse ainda que a companhia tem acompanhado com muita atenção os desdobramentos da queda da barragem da Vale em Brumadinho, ocorrida em janeiro e que deixou 246 mortos e 24 desaparecidos.

"O episódio teve um impacto negativo significativo na comunidade local e no meio ambiente e não se sabe ainda o tamanho total desse impacto", afirmou.

"O Comitê de Investimento Responsável do Nordea decidiu não aumentar nosso investimento na Vale até que seja se conheçam as conclusões da investigação independente", acrescentou Brunnberg no e-mail.

Em dezembro, o grupo informou que detinha um total investido na casa de € 30 milhões em ações da Vale por meio de diferentes fundos. Informou também que não fez um movimento de desinvestimento das ações da companhia brasileira.

Pelos dados fechados de 2018, o Nordea tinha € 551,4 bilhões em ativos totais. Parte do grupo, o Nordea Asset Management geriu no ano passado € 204,8 bilhões. Do total de ações da Vale em circulação, 46,4% delas estão em poder de investidores estrangeiros (fundos institucionais e de investimentos), como o grupo nórdico.

Por meio de sua assessoria, a Vale afirmou que continuará contribuindo com as investigações e focada nas ações de reparação e prestação de assistência aos

atingidos pelo desastre e que criou uma diretoria para lidar com os danos e outra de segurança operacional.

"Com relação às investigações das causas do rompimento, o conselho de administração criou um comitê independente de apuração e a Vale contratou o escritório de advocacia americano Skadden, Arps, Slate, Meagher e Flom LLP, que presta assessoria à empresa em várias questões legais, incluindo em relação a certas medidas que a companhia pode tomar em resposta ao rompimento. O escritório está coordenando um painel de peritos para que ele forneça sua opinião e expertise profissional independente", informou a mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Enel SP paga Eletrobras

A Enel SP, ex-Eletropaulo, informou ter pago a primeira parcela do acordo firmado com a Eletrobras, no ano passado, para encerrar um processo envolvendo saldo de encargos financeiros de um empréstimo concedido em 1986 pela estatal federal. A primeira parcela, de R\$ 250 milhões, foi paga após o trânsito em julgado da decisão judicial que homologou o acordo, conforme firmado entre as partes. A Eletropaulo concordou em pagar R\$ 1,5 bilhão para quitar o débito do processo, sendo que R\$ 1,4 bilhão serão destinados à Eletrobras e R\$ 100 milhões irão aos advogados em honorários.

Minério volta a subir

A cotação do minério de ferro no mercado à vista chinês encerrou a segunda-feira impulsionada pela revitalização dos movimentos de compra e por ganhos nos mercados futuros. O minério com pureza de 62% de ferro foi negociado a US\$ 101,51 a tonelada no porto chinês de Qingdao, alta de 0,9%, em relação ao preço de quinta-feira, conforme a publicação especializada "Fastmarkets MB". Na sexta-feira, os preços do minério ficaram estáveis a US\$ 100,60 a tonelada diante da ausência de negócios por causa do Dragon Boat Festival, um dos principais feriados chineses. Os futuros de minério da China registraram desempenho fraco na manhã de segunda-feira, mas avançaram à tarde.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/06/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Receita Federal nega exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins**

A Receita Federal negou a uma empresa que atua no comércio de combustíveis a possibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão, em sentido contrário à do Supremo Tribunal Federal (STF), está na Solução de Consulta nº 177, publicada no dia 6 deste mês pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

No caso, o órgão entendeu que a base de cálculo das contribuições sociais não é o faturamento, como definiu o STF no julgamento que excluiu o ICMS da conta. A decisão dos ministros ainda não transitou em julgado. Estão pendentes embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional.

Porém, primeira e segunda instâncias já vêm aplicando a decisão, inclusive em casos semelhantes - entre eles o que trata da exclusão do ISS do cálculo do PIS e da Cofins. O entendimento dos ministros do STF foi o de que o ICMS não configura ingresso de receita, mas valor reservado para pagar outro imposto. Por isso, não integra o faturamento, que é a base das contribuições sociais.

No caso da empresa do setor de combustíveis, o raciocínio foi outro. A Receita afirma, na solução de consulta, que a tributação é imposta por meio de regime especial. Como há uma alíquota específica, calculada em reais por metro cúbico, não seria possível retirar a parcela do ICMS da base do PIS e da Cofins.

A empresa segue regime previsto na Lei nº 9.718, de 1998, segundo a qual produtores, importadores e distribuidores de álcool podem optar por pagar as contribuições sociais sobre o valor do metro cúbico.

Para a Receita Federal, a decisão do Supremo em repercussão geral só alcança as hipóteses em que o faturamento ou a receita bruta faz parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. Não seria o caso, segundo o Fisco, da empresa que fez a consulta.

"Cada dia é uma novidade nessa história [do ICMS na base do PIS e da Cofins]", afirma Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão & Matthes Advocacia. De acordo com ele, havia dúvida por parte do setor de álcool sobre como seria a

exclusão do ICMS do PIS e da Cofins dentro do regime especial. Por isso, acrescenta, a empresa decidiu consultar a Receita Federal.

O advogado, porém, discorda do entendimento do Fisco. No julgamento do STF, diz ele, os ministros decidiram que um tributo não pode compor a base de cálculo do outro, o que justificaria a exclusão no regime especial. "Embora a empresa pague PIS e Cofins sobre o valor do metro cúbico, o montante inclui ICMS", afirma Calcini.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/06/2019

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Plano de segurança de barragens entra na pauta

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana dois projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello) para o **Valor Política**.

Entre os projetos está o que reforça a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), ao prever, por exemplo, que os empreendimentos em situação de alto risco terão 45 dias para pagar a remoção e realocação dos ocupantes das áreas potencialmente afetadas pelo possível rompimento. O texto, já aprovado no Senado, acelerou com o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), e seguirá para sanção caso aprovado.

Outro projeto, que discussão no plenário do Senado, assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, ainda que a lei em vigor proíba construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos.

O levantamento do Cebap/Ello considerou 49 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/06/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Cade deve dar aval à venda de refinarias**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobrás devem fechar amanhã acordo que prevê a venda de refinarias da estatal. Segundo fontes, o órgão deve aceitar os termos da Petrobrás, que representam a venda de quase 50% da capacidade de refino. Como antecipou o Estadão/ Broadcast na semana passada, a Petrobrás apresentou a proposta de vender refinarias com a intenção de fechar um acordo com o conselho e encerrar investigações do Cade. A suspeita do órgão é que a estatal, que tem 98% desse mercado, tire proveito da situação de monopólio para determinar os preços dos combustíveis no País.

O acordo a ser analisado pelo tribunal do Cade amanhã deve homologar o entendimento sobre a venda. Como é do interesse do governo vender ativos da estatal, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, participará da sessão. No fim de abril, o conselho de administração da Petrobrás aprovou um plano de venda de oito de suas 13 refinarias, que representaria cerca de 48% da capacidade de refino. Segundo fontes, o acordo com o órgão ficará "bem próximo" do plano.

Os ativos aprovados para a venda são Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor). Um segundo acordo está sendo negociado entre a Petrobrás e o Cade para a venda de ativos no mercado de gás, mas as conversas ainda são incipientes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/06/2019****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira Aline Bronzati****Título: Petrobrás e Caixa vão movimentar R\$ 15 bi na Bolsa**

Injeção de recursos. Venda de ações de empresas e bancos públicos começa a fazer a diferença em atração de investimentos ao mercado; Caixa, que já havia saído do IRB por R\$ 2,5 bilhões, agora quer vender sua participação na petroleira por R\$ 7,2 bilhões

A venda de ativos de empresas e bancos públicos via Bolsa começa a trazer para o mercado a movimentação de uma quantia significativa de recursos. Após a Petrobrás anunciar na sexta-feira que a venda de sua participação na BR Distribuidora colocará R\$ 8 bilhões em seus cofres, a petrolífera divulgou ontem que a Caixa quer vender suas ações da empresa, por R\$ 7,2 bilhões.

Anteriormente, a Caixa já havia vendido seus papéis da IRB Brasil Re, por R\$ 2,5 bilhões. Todas operações aconteceram ou serão feitas pela Bolsa. No anúncio de ontem, a Petrobrás informou que a Caixa levará a mercado sua participação de 3,24% na petroleira por meio de uma oferta pública de papéis.

As ações ordinárias (com direito a voto) serão vendidas no Brasil e no exterior.

Pelo prospecto, cerca de 30% das ações serão destinadas aos investidores pessoa física, que terão entre 17 e 24 de junho para fazer as reservas. O valor mínimo de investimento será de R\$ 3 mil e o máximo de R\$ 1 milhão.

Funcionários da Petrobrás e da Caixa terão prioridade para comprar até 2% do valor total. O início das negociações das ações vendidas no pregão da bolsa está previsto para o dia 27. Apesar de a economia brasileira passar por um momento delicado, a operação deverá contar com demanda forte de investidores estrangeiros, segundo fontes, por se tratar de uma empresa global e de alta liquidez. Ontem, as ações da Petrobrás caíram 1,94%.

A venda das ações da Petrobrás é a segunda saída da nova gestão da Caixa, presidida por Pedro Guimarães, de áreas que fogem de seu foco principal de atuação. É esse o mandato da gestão Guimarães, bem como tornar o banco mais eficiente. No início do ano, a instituição – que não quis comentar a operação – já havia emplacado uma oferta de papéis da resseguradora IRB Brasil Re, que somou R\$ 2,5 bilhões. Na fila do plano de desinvestimento, estão ações da Alupar, de energia elétrica, e do Banco do Brasil – ambas detidas pelo FI-FGTS e para as quais a Caixa está selecionando assessores financeiros para vendê-las por meio de uma oferta na bolsa. Devolução. Com o dinheiro obtido, além de investir mais no negócio bancário, a Caixa quer devolver recursos recebidos pelo governo para reforçar seu capital por meio da emissão dos chamados instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD).

A Caixa tem saldo de R\$ 40 bilhões, que já começou a devolver e quer zerar o quanto antes. A venda das ações da Petrobrás deve ter efeito positivo no banco estatal, gerando lucro líquido não recorrente no segundo trimestre. O impacto, porém, vai depender do preço dos papéis na oferta, que será definido em 25 de junho. A expectativa inicial era fazer a oferta de ações em maio, mas alguns fatores fizeram a Caixa adiar a transação. Em abril, com falas do presidente Jair Bolsonaro sobre o preço do diesel, os papéis da Petrobrás caíram na Bolsa, o que fez a instituição rever o cronograma de vendas.

Em seguida, uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin questionou a venda de estatais sem autorização do Congresso. Na semana passada, porém, o STF decidiu que subsidiárias de estatais podem ser vendidas sem o crivo de deputados e senadores. No mesmo dia em que STF decidiu pela liberação, a Petrobrás anunciou a venda de parte de suas ações na BR Distribuidora – que deve ser a maior oferta pública secundária de ações do País neste ano. Com a venda, a petroleira deverá reduzir de cerca de 70% para menos de 50% de participação na distribuidora de combustíveis. O mercado acredita que seja possível concluir a operação em julho. O mercado ainda conta com outras operações em andamento, como CPFL e Light.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Banco vai vender R\$ 7,2 bilhões em ações da Petrobras

Rio de Janeiro - A venda de ações da Petrobras pela Caixa Econômica Federal deve movimentar R\$ 7,2 bilhões, considerando o valor atual dos papéis. Desse total, R\$ 7 bilhões ficarão com o banco. As informações constam de prospecto da operação divulgado nesta segunda-feira (10) pela Petrobras.

Ao todo, a Caixa venderá 241,3 milhões de ações, o equivalente a 1,85% do capital da Petrobras. A operação envolve ações ordinárias, que dão direito a voto em assembleia de acionistas — o banco detém fatia de 3,2% dessas ações.

Segundo a Petrobras, a Caixa ficará com as 36,3 milhões de ações preferenciais —que não têm direito a voto, mas preferência no pagamento de dividendos— que tem em sua carteira. O valor equivale a 0,36% do capital total da estatal de petróleo.

A estimativa de ganho com a operação foi feita com base na cotação das ações no dia 7 de junho, quando os papéis eram negociados a R\$ 29,75. O preço final, porém, só é definido após procedimento conhecido como "bookbuilding", que consiste em uma avaliação da demanda do mercado pelos papéis.

A operação de venda das ações será coordenada pela própria Caixa, com a participação dos bancos UBS, Morgan Stanley, Bofa Merrill Lynch e XP Investimentos. O cronograma prevê sua conclusão no fim do mês.

Investidores não institucionais, isto é, pessoas físicas, poderão investir entre R\$ 3.000 e R\$ 1 milhão. Se a compra for feita via fundo de investimento, o valor mínimo pode ser de R\$ 100.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Sirene****Painel S. A.**

Projetos de lei e de emendas criados após as tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG) aumentariam em US\$ 50 milhões (cerca de R\$ 194 milhões) o custo das mineradoras de bauxita, metal usado na produção de alumínio. O cálculo é da associação setorial Abai.

Ressalvas

A entidade diz ser favorável à maior fiscalização de barragens, mas critica parte das propostas feitas após a catástrofe. "A maioria propõe aumento de tributos e encargos, são simplesmente medidas arrecadatórias, que não trarão segurança", afirma Milton Rego, presidente da Abal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/06/2019****Seção: Mercado****Autor: Fábio Pupo****Título: Governo quer usar dinheiro parado do PIS/Pasep para reduzir rombo fiscal**

Ideia é destinar ao Tesouro recursos que não forem retirados após campanha para estimular saques

Brasília - O governo trabalha para enviar ao Congresso uma proposta para que recursos do PIS/Pasep não sacados pelos trabalhadores sejam usados pelo Tesouro Nacional.

O objetivo é aliviar a situação das contas públicas e, assim, evitar novos cortes de recursos em meio à restrição fiscal.

A ideia é usar o dinheiro ainda neste ano, e, para isso, a equipe econômica vê como o instrumento mais provável uma medida provisória a ser enviada ao Congresso.

Antes de recolher os recursos à conta do Tesouro, o governo planeja lançar uma campanha publicitária para incentivar as pessoas a sacar o dinheiro a quem tem direito.

Hoje parados em bancos públicos, os recursos poderiam ajudar a reaquecer a economia. Por isso, o valor a ser obtido pelo Tesouro depende do volume de retirada.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, já chegou a dizer que R\$ 22 bilhões poderiam ser injetados na economia com ações de estímulo a saques do PIS/Pasep.

"Esses detentores não estão usando, é um jogo de perde-perde. Haverá uma campanha intensa de divulgação para entregar o dinheiro a quem de fato pertence", disse recentemente em entrevista.

No entanto, o Ministério da Economia agora tem a avaliação de que a maior parte dos recursos (até R\$ 20 bilhões, de acordo com as estimativas iniciais) pode ficar parada mesmo após as ações em favor do resgate.

O diagnóstico é baseado em experiências frustradas anteriormente. Tentada durante o governo Michel Temer, a política de estímulo aos saques do PIS/Pasep também teve resultados abaixo do esperado. Por enquanto, a equipe econômica tem sinalizado que a medida se daria após a aprovação da reforma da Previdência.

Entre economistas, o porquê de os recursos do PIS/ Pasep não serem sacados é de difícil explicação.

O PIS é um abono pago aos trabalhadores da iniciativa privada administrado pela Caixa. O Pasep é pago a servidores públicos por meio do Banco do Brasil.

A avaliação é que muitos trabalhadores nem sabem que têm o dinheiro guardado. Nem os titulares nem seus herdeiros aparecem para buscar os recursos em grande parte dos casos e, por isso, o capital acaba ficando "sem dono".

Ao planejar o uso dos recursos, o Ministério da Economia repete um tipo de artifício fiscal semelhante ao adotado por governos anteriores.

Em 2017, a equipe de Temer usou como receitas precatórios (pagamentos feitos por órgãos públicos após sentença judicial) parados em bancos públicos. Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar uma lei no fim dos anos 1990 que autorizava o governo a resgatar recursos da poupança não movimentados.

Especialistas ouvidos pela reportagem consideram que a medida pode ser polêmica e que não resolve o problema fiscal do governo. Apesar disso, adotam um tom flexível ao ponderar que os contingenciamentos têm sido grandes e que a iniciativa pode dar alívio à máquina pública.

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse que as ações ligadas ao tema seriam lançadas apenas após as reformas.

"Vamos liberar PIS/Pasep, FGTS, mas assim que saírem as reformas. Se abre essas torneiras sem as mudanças fundamentais, é o voo da galinha", afirmou há duas semanas.

De qualquer forma, obter recursos do PIS/Pasep é uma tentativa do governo de buscar receitas em meio ao cenário de maior restrição fiscal neste ano principalmente pelos sucessivos cortes nas projeções para o crescimento.

Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado considerando um crescimento de 2,5% para o PIB. Em março deste ano, o governo baixou a estimativa para 2,2%. Em maio, para 1,6%.

Especialistas continuam reduzindo as previsões, e, nesta segunda (10), a projeção do mercado baixou para 1,0%.

Como o PIB é o principal parâmetro para o cálculo da receita federal estimada no ano, o governo vê dificuldades para cumprir a meta fiscal.

Ela já estabelece um déficit de até R\$ 139 bilhões para 2019, mas a equipe econômica se viu obrigada a fazer cortes orçamentários na tentativa de deixar o resultado dentro do esperado.

Os cortes foram anunciados em março e alcançaram R\$30 bilhões. Na Educação, houve protestos. Mesmo com o esforço para uma reversão parcial no contingenciamento, a pasta continua com um bloqueio de R\$ 5,8 bilhões.

Outras grandes receitas esperadas pelo governo podem não se concretizar. O principal exemplo é a entrada de recursos com o leilão de excedentes da cessão onerosa.

Os R\$ 106 bilhões a serem pagos pelas petroleiras vencedoras da disputa amenizariam o déficit primário, mas o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, reconheceu a possível frustração de receitas com o processo.

"Basta uma judicialização e atrasar em 15 dias que o pagamento entrará em janeiro", disse há cerca de dois meses.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/06/2019****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack****Título: Governo prepara 'Plano Dubai' para substituir a Zona Franca de Manaus**

Brasília - A Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) prepara novo projeto de desenvolvimento econômico para a região amazônica visando que, no futuro, a União possa pôr fim aos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

O programa estimulará cinco polos econômicos — biofármacos, turismo, defesa, mineração e piscicultura — para que, até 2073, as empresas desses ramos possam gerar pelo menos o equivalente aos subsídios de R\$ 25 bilhões por ano concedidos pela União.

Apelidado pelo secretário da Sepec, Carlos da Costa, de "Plano Dubai", a nova plataforma econômica para a Amazônia é referência ao emirado que, no passado, previu o fim de reservas de petróleo e gás.

Diante da escassez que viria, o emirado investiu na criação de polo turístico e financeiro capaz de girar a economia. Hoje, o petróleo representa só 6% do PIB do emirado. O setor de construção e comércio concentram quase 40% da geração de riqueza de Dubai.

"A ideia é, amodelo do que Dubai fez, dar suporte a atividades que sejam viáveis daqui a 50 anos", disse o secretário.

A Sepec quer atrair para a Zona Franca de Manaus empresas que não sejam exclusivamente de eletrônicos ou motocicletas. "A China produz mais peixes da região amazônica [em cativeiro] do que o Brasil. É inacreditável que não tenhamos indústria desse porte na região", diz Costa

Outro ramo a ser estimulado é o de mineração, que pode ter novo marco de pesquisa e exploração definido por ANM (Agência Nacional de mineração), MME (Ministério de Minas e Energia) e MMA (Ministério do Meio Ambiente).

A exploração mineral "racional" na Amazônia é um dos projetos defendidos pelo presidente Jair Bolsonaro, inclusive para áreas protegidas.

O novo plano não acarretará em mudanças nos incentivos vigentes à Zona Franca nem pretende causar impacto fiscal ou prejuízo a indústrias que já atuam na região.

Segundo o secretário, uma das propostas é transformar o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) em pivô de projetos dentro da Zona Franca que ajude empresas de biotecnologia a se instalarem na região para criar grande polo produtor de fármacos e produtos cosméticos derivados da biodiversidade amazônica.

O regime de tributação da Zona Franca, instituído em 1967, foi renovado pelo Congresso por mais 60 anos. Hoje, os incentivos são quase 15% de toda a geração de riqueza nos cinco estados que têm áreas de jurisdição incluídas na Zona Franca de Manaus: AM, AC, RO, RR e AP.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/06/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras vai levar a leilão três plataformas perto da aposentadoria

Com 15 mil toneladas de aço, cada uma renderia mais de 5 milhões de painéis

Depois de mais de 30 anos de operação, três plataformas da Petrobras rumam para a aposentadoria. Avaliadas em US\$ 250 mil a US\$ 400 mil cada, de acordo com as estimativas do mercado, as três embarcações de segunda mão serão levadas a leilão pela estatal. O edital deve ser lançado no próximo ano. Cada uma das plataformas do trio (P-7, P-12 e P-15) tem 15 mil toneladas de aço. É quantidade suficiente para produzir, por exemplo, 5 milhões de painéis de pressão. A venda faz parte da estratégia da petroleira de engordar o caixa para focar em investimentos na produção de óleo e gás no pré-sal em águas ultraprofundas.

A Petrobras busca se desfazer de vários ativos. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a venda de subsidiárias de estatais sem a necessidade de aval do Congresso. A decisão é fundamental para o futuro do plano de privatizações da companhia, que inclui a venda de companhias como BR, Liquigás e redes de gasodutos, entre outras.

A petroleira pretende se desfazer de sete plataformas até 2021, porque elas já estão próximas do fim de sua vida útil, de cerca de 30 anos. A primeira leva será leiloada. Para as demais, será feita uma licitação a fim de contratar uma empresa especializada em "desmontar" plataformas, processo conhecido como descomissionamento. Essa empresa fica responsável pelo descarte ou vendadas peças, um mercado que vem crescendo no Brasil.

O descomissionamento será feito nas plataformas P-33 (Campo de Marlim), PCA-1, PCA-2 e PCA-3 (Campo de Cação). O processo licitatório para as três

últimas já está em andamento. Segundo a Sigma Consultoria e Perícia, há no país ao menos 73 plataformas como essas, que têm muitos anos de operação e que podem ser paralisadas. Um mar de oportunidades para empresas que fazem o desmonte ou para pequenas operadoras de petróleo, que tentam ampliar a vida útil das plataformas.

A consultoria e o Estaleiro Mac Laren, em Niterói, criaram o Centro Integrado de Descomissionamento (CID) justamente para explorar esse nicho de mercado. De acordo com Maurício Almeida, sócio-diretor da Sigma, o centro faz desde o desmonte e limpeza das peças até o sucateamento do material:

— Existem dois destinos para as plataformas: ou levar para um CID para corte e venda a sucateiros ou levar para fora do Brasil para sucateiros internacionais. Há ainda compra de plataformas por pequenas operadoras de campos maduros (cujo potencial de produção de petróleo já entrou em fase de declínio).

As unidades que serão leiloadas pela Petrobras estão entre as mais antigas da companhia. Entraram em operação na década de 80, na Bacia de Campos. Ainda assim, podem despertar interesse de pequenas petroleiras.

Após uma "guaribada", essas plataformas podem ser instaladas em pequenos campos de petróleo ou aproveitadas por siderúrgicas, que utilizam o aço em seus altos-fornos. Outro destino possível são os sucateiros, como o recém-criado CID.

A P-7 foi construída na Finlândia em 1977 e começou a operar na Bacia de Campos 11 anos depois, mas a produção está parada desde 2016. A unidade possui um total de 20 poços produtores. Já a P-12 começou a operar em 1984 nos campos de Badejo, também na Bacia de Campos. Sua produção está parada desde 2015. A P-15, por sua vez, começou a operar em 1983 e, em 2017, encerrou a produção de petróleo. Ela está no campo de Bonito.

O leilão previsto para o próximo ano não será o primeiro certame de plataformas de segunda mão a ser feito pela Petrobras. A empresa já licitou outras duas unidades: a P-27 e a P-34.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/06/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA, RENNAN SETTI E RAMONA ORDONEZ

Título: Fôlego na Caixa

Banco vai se desfazer de ações da Petrobras. Parte dos recursos pagará aportes ao Tesouro

A Caixa Econômica Federal vai se desfazer de suas ações na Petrobras, uma operação estimada em R\$ 7,2 bilhões (considerado o preço de fechamento dos papéis em 7 de junho, de R\$ 29,85). Será a maior operação desde a oferta feita pela Telefônica Brasil em abril de 2015, que captou R\$16,1 bilhões. Esse movimento reflete tanto a estratégia da Caixa de reduzir sua dependência de recursos do Tesouro Nacional como uma pressão, por parte do Ministério da Economia, para que os bancos públicos comecem a devolver os aportes recebidos — só no caso da Caixa, são R\$ 40 bilhões. Parte dos recursos obtidos com a venda dos papéis da Petrobras teria essa finalidade.

O objetivo é pagar os aportes feito pelo Tesouro nos últimos anos, na forma de Instrumento Híbrido de Capital de Dívida (IHCD), tipo de empréstimo que não tem prazo para pagamento. Segundo fontes ligadas à instituição, o Banco Central já deu aval para que a Caixa antecipe uma primeira parcela de R\$ 3 bilhões ainda esta semana. O plano é pagar o equivalente a R\$ 20 bilhões ainda em 2019.

A antecipação do pagamento desses empréstimos vai resultar no enxugamento das operações do banco. E, segundo fontes, no caso da Caixa a antecipação do pagamento pode ser vantajosa porque os juros cobrados estão acima da Taxa Selic, hoje em 6,5% ao ano.

A Caixa tem uma fatia de 3,2% da Petrobras e, com a oferta das ações ordinárias (ON, com direito a voto), deve zerar sua posição na petrolífera. Do total, 24% das ações serão destinados a pequenos investidores, sendo que 2% vão prioritariamente para funcionários de Petrobras e Caixa que queiram comprá-las. Além disso, 4% serão destinados preferencialmente a investidores que concordarem em não vender as ações adquiridas por 45 dias.

A instituição financeira deve ainda se desfazer de sua participação no Pan, além de trabalhar para acelerar a abertura de capital (IPO) das subsidiárias na área de cartões, seguros, loterias e gestão de ativos.

Entre 2009 e 2013, o Tesouro fez seis aportes na Caixa na forma de IHCD, totalizando R\$ 40 bilhões. Já no caso do Banco do Brasil, somam R\$ 8,1 bilhões. Como há limites para os bancos efetuarem os desembolsos, como por exemplo, obedecer os limites de segurança e solvência sem comprometer o capital principal, os valores precisam ser pagos em parcelas. Esses pagamentos não impactam o resultado primário do governo federal, mas têm efeito sobre a redução da dívida bruta.

A Caixa pretende vender pelo menos 15% das ações de suas subsidiárias. A estimativa é que isso poderia gerar uma receita extra de R\$ 15 bilhões. De acordo com o cronograma, os primeiros IPOs serão da Caixa Seguridade e da

empresa de cartão de crédito, previstos para ocorrer até o fim deste ano. A oferta de ações da gestora de ativos e loterias ficará para o primeiro semestre de 2020.

MELHORA DA NOTA DA CAIXA

Segundo analistas do setor bancário, a operação será positiva para a nota de crédito da Caixa.

—A venda de ações é o caminho mais rápido para seguir a estratégia que a nova diretoria traçou para o banco. Além do mais, não faz sentido a Caixa ter ações. Não é um banco de tesouraria — observou Luis Santacreu, analista da Austin Rating.

Segundo Sergio Garibian e Pedro Breviglieri, da agência de classificação de risco da S&P, a operação atende à estratégia de concentrar a Caixa em sua origem — crédito imobiliário e de impacto social. Nos últimos anos, o banco já havia conseguido melhorar sua rentabilidade, dedicar-se a operações de menor risco (habitacional e consignado) e frear o crescimento de sua carteira, cujo ritmo acelerado exigia muito capital.

—Isso fez com o banco registrasse uma melhora expressiva do capital regulatório, exigido pelo BC. A venda será positiva para a melhora de capital da Caixa, mas pouco relevante em volume, em comparação ao seu tamanho. Tende a ter impacto maior a abertura de capital de subsidiárias, como a Caixa Seguradora e a unidade de cartões, que vem sendo planejada — disse Breviglieri. —Deve vir dessas operações parte bastante importante dos R\$ 40 bilhões que a Caixa estuda pagar ao governo.

A Caixa não quis comentar.

SEM USO DE FGTS

O pequeno investidor que quiser comprar as ações da Petrobras oferecidas pela Caixa terá de fazer uma aplicação mínima de R\$ 3 mil. Se a compra de ações for via fundo de investimento, o valor mínimo é menor: R\$ 100. Para participar da oferta, os pequenos investidores devem procurar suas corretoras. A expectativa é que elas comecem campanhas de alerta nos próximos dias. Diferentemente do que ocorreu no passado, não será possível utilizar recursos do FGTS para comprar ações.

Especialistas em mercado de capitais acreditam que a demanda será forte. Fabiola Cavalcanti, sócia de mercado de capitais no Tozzini Freire, ressalta a "escassez de alternativas e a perspectiva de retomada do setor óleo e gás e do pré-sal".

No caso da Petrobras, a operação é considerada como positiva pela direção. De acordo com fonte próxima à estatal, a entrada de novos acionistas privados de porte significativo trará maior liquidez para os papéis e maior diversificação da base acionária

— Mas, na prática, o montante ofertado é pequeno e não faz muita diferença para uma empresa do tamanho da Petrobras —disse a fonte.

Outra fonte, porém, ressalta que, apesar de não ser um volume significativo, resultará em menor interferência política na estatal. Isso, avalia uma terceira fonte, certamente aumentará o valor da companhia:

— Quanto mais bem precificada a Petrobras, melhor para o governo e para o país em caso de necessidade de venda.

A Petrobras divulgou fato relevante ao mercado sobre a operação, mas não quis comentar o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Dedo na tomada

A Aneel, agência que atua no setor elétrico, estuda investigar o não cumprimento de obrigações contratuais da Cemig quanto à qualidade do fornecimento, e da Light quanto a níveis de endividamento. Ambas estão sujeitas, em tese, à perda da concessão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/06/2019

Seção: Economia

Autor: BARBARA NOBREGA E RENNAN SETTI

Título: Desconto no valor das ações é atrativo para investidor

Segundo analistas, Petrobras tem melhores perspectivas hoje do que quando governo permitiu usar FGTS para comprar papéis

Na oferta de ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras a ser feita pela Caixa, 24% dos papéis serão destinados a pequenos investidores — que podem incluir pessoas físicas, jurídicas e fundos de investimento. O valor mínimo da compra por estes é de R\$ 100 (caso seja feita via fundos), e o máximo, de R\$ 1 milhão. Os investidores poderão reservar as ações junto às

corretoras entre a próxima segunda-feira e o dia 24. O preço será fixado em 25 de junho, e a liquidação ocorrerá no dia 28.

A maior parte dos analistas vê a estatal como uma boa opção de investimento, mas eles ressaltam que é preciso observar o cenário macroeconômico do país. E lembram que o principal atrativo para o investidor é o desconto obtido nesse tipo de operação.

— Dado o porte da oferta, será preciso haver desconto importante para haver demanda, senão o investidor simplesmente compra os papéis na Bolsa. Na média, este fica entre 5% e 10%. Isso é uma oportunidade, pois a Petrobras já estava na carteira recomendada de praticamente todas as corretoras e tem uma boa perspectiva após mudanças na gestão e a liberação para venda de ativos pelo STF (Supremo Tribunal Federal) — diz Rodrigo Marcatti, sócio-diretor da Veedha Investimentos.

Segundo Bruce Barbosa, analista da Nord Research, a perspectiva da Petrobras hoje está melhor do que nos momentos em que o governo liberou a compra de ações da estatal com recursos do FGTS. Em 2000, 310 mil trabalhadores aplicaram até 50% do saldo do Fundo em ações da estatal, no total de R\$ 1,7 bilhão — metade do permitido pelo governo. Em 2010, permitiu-se que quem já tivesse participado da primeira oferta colocasse mais recursos nos papéis, resultando na compra de mais R\$ 423,7 milhões em ações. Barbosa cita, além da decisão do STF, a expectativa de retomada dos leilões de petróleo.

De oito analistas ouvidos pela Bloomberg, cinco recomendam a compra das ações.

— A Petrobras tem cada vez menos interferência governamental, o que passa a ser uma opção interessante — diz Álvaro Bandeira, economista chefe do banco ModalMais.

MME / ASCOM .